

A PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE OFERECIDAS POR UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL

Carlos Humberto Martins¹
William Cestari²

RESUMO

A acessibilidade é tema frequente na sociedade global contemporânea. As condições da estrutura oferecida em instituições brasileiras, por outro lado, ainda não suprem a demanda por ambientes acessíveis a qualquer pessoa, com ou sem restrições de mobilidade. A presente pesquisa procura destacar como a Universidade Estadual de Maringá (UEM) tem trabalhado com o tema, evidenciando a estrutura física em uma comparação com a norma técnica - NBR 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o Caderno 1 do Ministério das Cidades, relativo ao atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrições de mobilidade e com a experiência de uma convidada usuária de cadeira de rodas que se dispôs a auxiliar a pesquisa e a apontar possibilidades de melhoria de acordo com sua vivência. A pesquisa in loco aconteceu com a utilização de uma câmera fotográfica digital para registro das ocorrências encontradas em um percurso preestabelecido dentro da Universidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Normas Técnicas. Universidade Estadual de Maringá.

ABSTRACT

Accessibility is a frequent topic in the contemporary global society. The conditions of the structure offered in Brazilian institutions, on the other hand, does not supply the demand for accessible environments to anyone, with or without mobility restrictions. This research aims to evaluate how the Universidade Estadual de Maringá (UEM) has worked with the topic. This paper shows the physical structure in comparison with the technical standard NBR 9050/2004 of the Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), with the Caderno 1 of the Ministério das Cidades, on the appropriate care for people with disabilities and restricted mobility, altogether with the experience of an invited wheelchair user who was willing to assist the research, and to point out possible improvements according to her life experience. The in loco research uses a digital camera to record the occurrences found in a pre-established route within the university.

Keywords: Accessibility. Technical Standards. Universidade Estadual de Maringá.

¹Engenheiro Civil. E-mail: chmartins2007@gmail.com

²Mestre em Engenharia Urbana. E-mail: williamcestari@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna habita um mundo globalizado que proporciona diversas trocas de cultura e de experiências, o que talvez seja um dos fatores relacionados à quebra de paradigmas sociais que outrora fomentavam a segregação hierárquica, de gêneros, racial, religiosa, monetária entre outras tantas. Esta conquista tem relação muito próxima à comunidade acadêmica, a qual constrói ciência e possibilita desta forma uma sociedade mais justa e sem desigualdades.

Neste contexto, a acessibilidade é responsabilidade de alguns e esperança para outros.

A cada esforço da sociedade direcionado para facilitar o acesso de pessoas com restrições de mobilidade, uma série de portas abre-se para este grupo, inclusive a de um dos primordiais direitos do cidadão: o de ir e vir.

O principal objetivo da presente pesquisa é o de avaliar a acessibilidade para pessoas com restrições de mobilidade dentro da Universidade Estadual de Maringá (doravante UEM), entendendo que este ambiente é capaz de influenciar a comunidade.

Para a avaliação a pesquisa limita-se a percorrer um determinado percurso no interior da UEM com uma convidada, que faz uso da cadeira de rodas, e a verificar in loco as condições oferecidas pela Universidade com relação ao tema. As considerações são embasadas na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (doravante ABNT), no caderno de acessibilidade do Ministério das Cidades (2004) e nas experiências vivenciadas pela convidada.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. Noções sobre acessibilidade

O conceito de acessibilidade ganha espaço na discussão acadêmica representando um anseio da sociedade de forma geral, a qual se mobiliza cada vez mais com a situação enfrentada por portadores de deficiências para tarefas cotidianas. A ABNT, por meio de sua norma NBR 9050/2004, define acessibilidade como a possibilidade e condição de

alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Nunes et al. (2007a) apresentam acessibilidade como a possibilidade de um indivíduo compreender e interagir com o espaço público e com outros cidadãos.

Para tanto faz-se necessária uma readequação do espaço público que permita a circulação de pessoas com qualquer tipo de deficiência, seja ela física, mental, sensorial, orgânica ou múltipla.

De acordo com o Decreto 5.296/2004 a acessibilidade só é completa quando estabelecidas e cumpridas as legislações e as normas técnicas, e fica a cargo do poder público promover e fiscalizar a implantação de novas obras dentro das considerações de acessibilidade ao meio urbano.

2.2. Metodologia da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida com auxílio de uma cadeirante e avaliou in loco as principais dificuldades enfrentadas por portadores de deficiência na UEM. Com a utilização de fotografias, os detalhes apontados pela convidada foram comparados com os apontamentos da norma NBR 9050/2004.

Para tanto, os materiais utilizados envolveram uma câmera fotográfica digital, ficha de anotações com prancheta e caneta, assim como cópias da norma NBR 9050/2004 da ABNT e do caderno de acessibilidade do Ministério das Cidades (2004).

Ao percorrer um trajeto definido no interior da UEM com as normas e o caderno em punho, e com os relatos da convidada cadeirante, a proposta da pesquisa foi comparar as condições físicas de acessibilidade da Universidade com o que foi estipulado em normas e com a visão de uma possível beneficiada pelo advento de condições facilitadoras de locomoção. Desta forma, todo o desconforto e os perigos potenciais encontrados foram relatados pela convidada, possibilitando uma avaliação em nível técnico e outra de caráter abstrato, destacando a visão do usuário de cadeira de rodas, representado pela convidada, com relação aos transtornos ligados a longos caminhos, falta de segurança no tráfego e insatisfação pela obstrução do direito básico de ir e vir.

2.3. A universidade

A pesquisa foi realizada no Campus sede da UEM, o qual possui mais de um milhão de metros quadrados de área. A universidade possui mais de 20 mil pessoas em sua comunidade universitária.

Parte do corpo docente da Universidade participa de grupos ligados à educação especial. Existe ainda um Programa de Monitoria Especial, pelo qual os alunos portadores de deficiência podem requisitar monitores para auxílio. A UEM conta com o primeiro telecentro do interior do Estado do Paraná destinado a portadores de deficiência auditiva e visual, com o apoio de uma iniciativa do curso de Letras que passou a oferecer habilitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Braille.

Em 2005, o senador Flávio Arns recebeu da UEM um projeto para obtenção de recursos a fim de eliminar as barreiras existentes no campus e facilitar a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais. O projeto foi orçado em R\$1,2 milhão e desenvolvido em colaboração da Coordenadoria de Projetos e Convênios da Assessoria de Planejamento, da prefeitura do campus e de professores do Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade (PROPAE) e do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

2.4. Resultados e discussão

A pesquisa foi iniciada por meio de uma entrevista semiestruturada com uma convidada cadeirante, a qual afirma que as principais dificuldades encontradas na UEM são as rampas quebradas, as deformidades nas calçadas, a falta de rampas, a inclinação das rampas, a altura dos balcões de atendimento, os obstáculos de motocicletas e o acesso aos banheiros.

Para demonstração das queixas, a convidada dispôs-se a percorrer um trajeto para evidenciar cada dificuldade encontrada em pontos chave da universidade, como a biblioteca, duas cantinas, um estacionamento, uma passarela e três blocos de salas de aula.

O primeiro local avaliado foi o estacionamento da Biblioteca Central Estudantil (doravante BCE). Este encontra-se em não conformidade com as normas da sinalização horizontal referentes à exclusividade de portadores

de necessidades especiais e à sinalização vertical de mesma função, conforme mostra a Figura 1.



Figura 1 – Sinalização vertical e horizontal

A NBR-9050 (2004) define que a sinalização horizontal deve ser feita conforme a Figura 2, e deve possuir fundo azul e pictograma branco, ou fundo preto com pictograma branco, ou ainda fundo branco com pictograma preto.

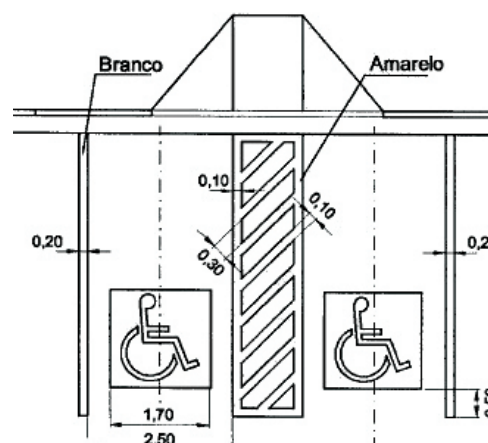


Figura 2 – Exemplo de sinalização horizontal
FONTE: NBR 9050/2004

Outro fator que foi apontado no trecho percorrido como problema, e que está em desacordo com a norma, é a rampa de acesso ao passeio, conforme mostra a Figura 3.



Figura 3 – Rampa de acesso ao passeio

Com relação à rampa de acesso, é possível perceber a existência de rachaduras que dificultam ou impedem o deslocamento do cadeirante. A NBR 9050 (2004) afirma que os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer circunstância. Durante a pesquisa foi notável o esforço necessário para vencer a referida rampa.

A BCE oferece condições favoráveis ao cadeirante, pois o acesso preferencial existe, conforme mostra a Figura 4, e os funcionários rapidamente ofereceram apoio, como exige a NBR 9050 (2004) para acessos com catracas.



Figura 4 – Porta de acesso à BCE

O único problema encontrado na BCE foi com relação à estante de livros, que não respeita à norma NBR 9050 (2004) que diz respeito à altura necessária para alcance manual lateral dos cadeirantes. De acordo com a norma, esta altura não deve ser superior a 1,4 metros. A Figura 5 demonstra a dificuldade para manuseio dos livros, e a Figura 6 demonstra as medidas sugeridas pela norma.



Figura 5 – Altura das estantes de livros

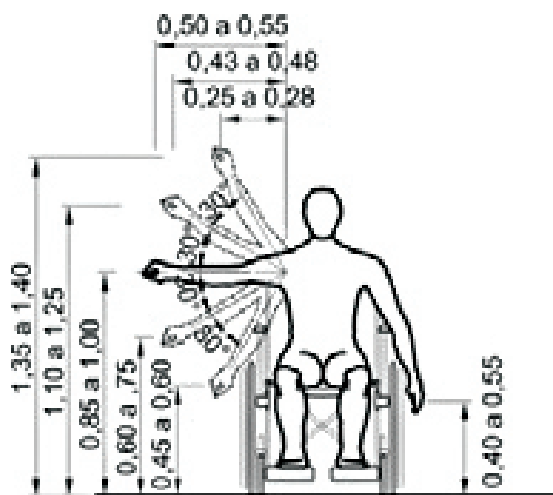


Figura 6 – Alcance manual lateral
Fonte: NBR 9050 (2004)

Ao sair da BCE e começar a traçar o trajeto, o passeio apresenta rachaduras que dificultam o acesso do cadeirante, embora a norma NBR 9050 (2004) afirme que os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas.

Pouco a frente é encontrada mais uma dificuldade, conforme mostra a Figura 7: a falta de rampas de acesso.



Figura 7 – Falta de rampas de acesso

De acordo com a norma NBR 9050 (2004), as calçadas devem ser rebaixadas junto às travessias de pedestres sinalizadas com ou sem faixa, com ou sem semáforo, e sempre que houver foco de pedestres, como é o caso mostrado pela Figura 7.

Um dos acessos à cantina do Restaurante Universitário é uma rampa demasiado íngreme,

como mostrado na Figura 8.



Figura 8 – Rampa de acesso à cantina

De acordo com a norma, desníveis com mais de um metro devem ser vencidos com rampas de inclinação de no máximo 5%. Atualmente a rampa tem inclinação de aproximadamente 20%.

No caminho entre a cantina do Restaurante Universitário e os Blocos D34 e E46 não foram encontrados caminhos acessíveis para um cadeirante. A Figura 9 demonstra mais um passeio fora das normas especificadas pela NBR 9050 (2004) com relação à superfície regular, firme, estável e antiderrapante que não provoque trepidações em dispositivos com rodas.



Figura 9 – Passarela

Percebe-se na Figura 9 condições inadequadas para circulação de uma cadeira de rodas, igualmente inapropriadas para carrinho de bebês, pessoas idosas, deficientes visuais, e inclusive pessoas sem restrições de mobilidade.

No Bloco D34 existe uma rampa de acesso, o que sugere que este seria um bloco acessível, porém duas escadas impossibilitam o deslocamento do cadeirante, conforme mostra a Figura 10.



Figura 10 – Escadas do bloco D34

Ainda com relação ao Bloco D34, em uma de suas saídas foi encontrada uma passarela estreita, impossibilitando a circulação de uma pessoa com restrição de mobilidade. A Figura 11 demonstra a situação enfrentada.



Figura 11 – Passarela com dimensões inadequadas

De acordo com a norma NBR 9050 (2004), calçadas, passeios e vias exclusivas de pedestres devem incorporar faixa livre com largura mínima recomendável de 1,50 m, sendo o mínimo admissível de 1,20 m.

Em vários pontos da UEM existem obstáculos destinados ao impedimento da passagem de motociclistas, o que impede também a circulação de pessoas que utilizam a cadeira de rodas, conforme mostra a Figura 12.

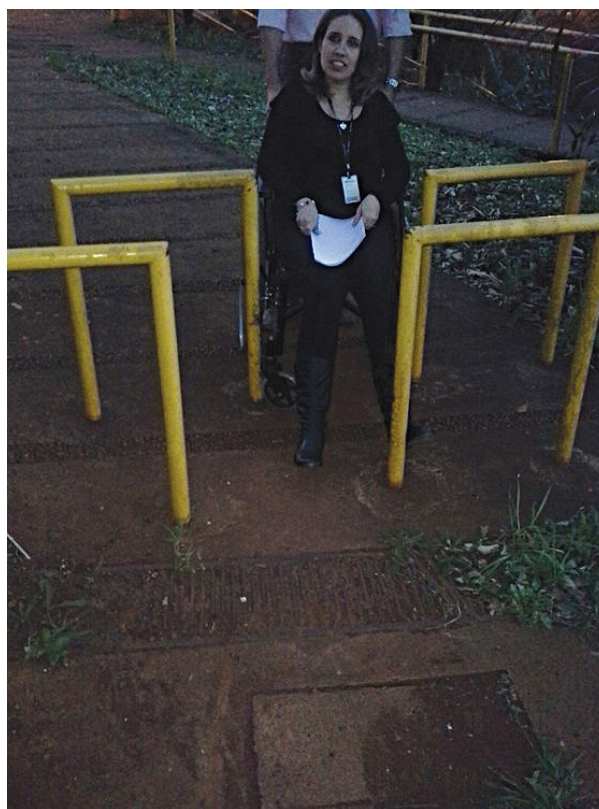


Figura 12 – Obstáculo para motociclistas

Por toda a Universidade encontram-se também bebedouros do mesmo modelo apresentado pela Figura 13, o qual não pode ser utilizado pelos usuários de cadeiras de rodas.



Figura 13 - Bebedouro

A norma NBR 9050 (2004) orienta que metade dos bebedouros seja acessível, com no máximo 0,9 m de altura, com altura livre inferior de 0,73 m do piso e com avanço frontal de até 0,5 m, conforme mostra a Figura 14:

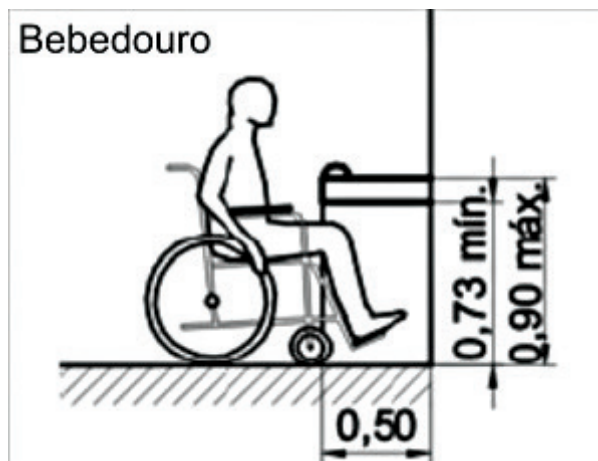


Figura 14 – Vista lateral do bebedouro
FONTE: NBR 9050 (2004)

A Figura 15 demonstra um problema enfrentado pelos deficientes visuais que transitam pela UEM. De acordo com a norma, qualquer obstáculo, desnível, escada ou alteração devem advertir com uma sinalização tátil de alerta. Por toda a Universidade é possível notar a falta de sinalização tátil, de forma geral, ou a inadequação da sinalização existente.

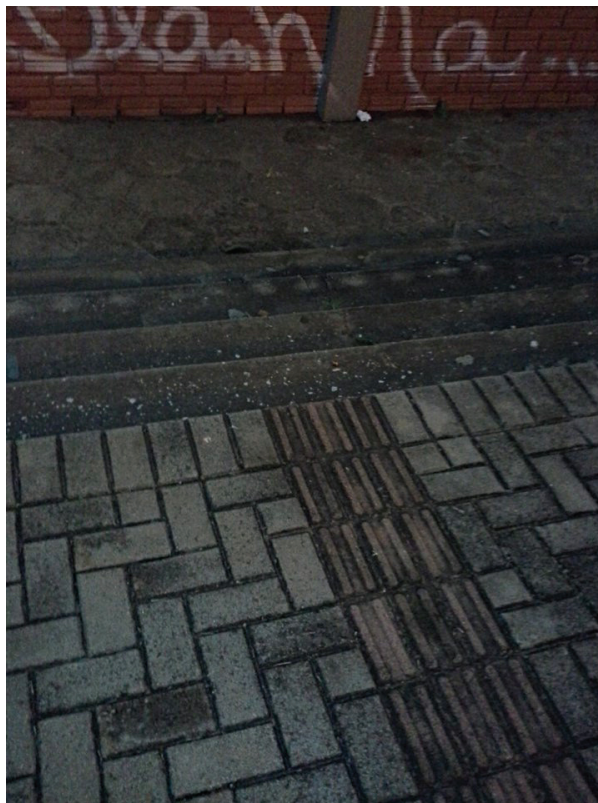


Figura 15 – Sinalização tátil antes da escada

A NBR 9050 (2004) apresenta uma indicação sobre a sinalização tátil de alerta antes de escadas, conforme mostra a Figura 16.

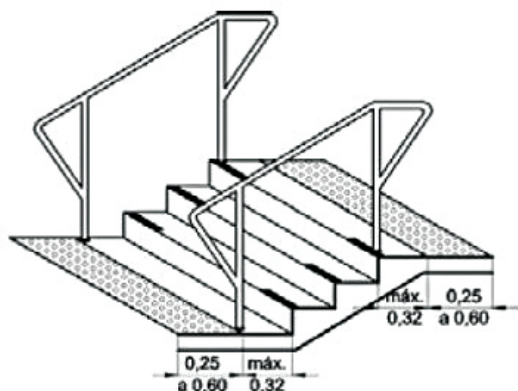


Figura 16 – Sinalização tátil de alerta nas escadas
FONTE: NBR 9050 (2004)

Chegando à cantina o usuário de cadeira de rodas depara-se com um balcão de atendimento inapropriado que dificulta sua autonomia, conforme mostrado pela Figura 17.



Figura 17 – Altura do balcão de atendimento

A NBR 9050 (2004) coloca que a altura do balcão deve ser de, no máximo, 0,90 m do piso, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m e profundidade inferior de, no mínimo, 0,30 m, conforme mostra a Figura 18.

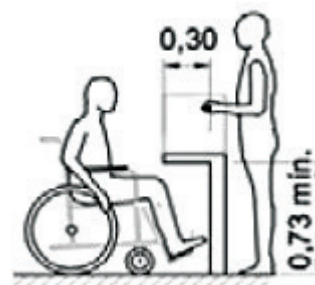


Figura 18 – Vista Lateral em Balcão
FONTE: NBR 9050 (2004)

Na passarela entre a cantina e o Bloco D67 foi encontrado um obstáculo sem função alguma, mas que compromete a circulação dos usuários de cadeira de rodas e pode causar acidentes até mesmo com pessoas sem restrições de mobilidade. A Figura 19 evidencia o citado obstáculo.

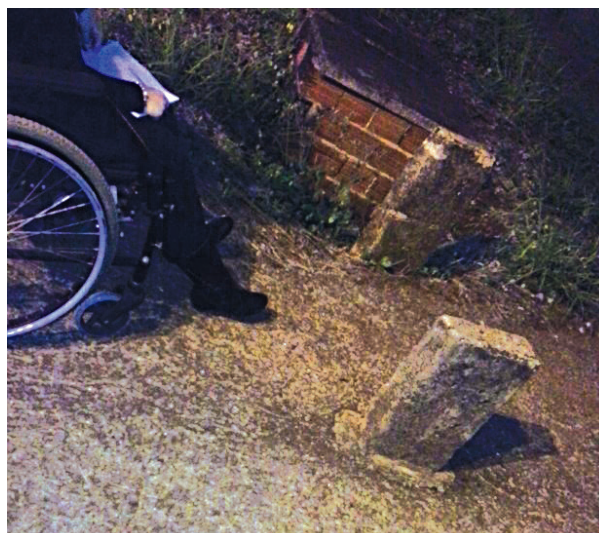


Figura 19 – Obstáculo no meio da passarela

A norma NBR 9050 (2004) afirma que as faixas livres devem ser completamente desobstruídas e isentas de interferências ou obstáculo que as reduza.

Em uma das classes do Bloco D67 foram apontados dois pontos a serem observados com relação ao usuário de cadeira de rodas. O

primeiro deles, evidenciado pela Figura 20, mostra a dificuldade enfrentada por um acadêmico ou mesmo por um docente usuário da cadeira de rodas ao utilizar o quadro.



Figura 20 – Dificuldades de utilização do quadro

A norma da ABNT, NBR 9050 (2004), afirma que as lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior de, no máximo, 0,90 m do piso, deixando a referida lousa dentro da norma, porém sua utilização fica prejudicada e foi queixa da convidada. Outro fator lembrado pela equipe da pesquisa foi a utilização do retroprojetor, pois na maioria das salas de aula da UEM o controle remoto não existe ou não funciona, obrigando os docentes a colocarem-se sobre as carteiras para ligar o aparelho.

A Figura 21 demonstra a dificuldade enfrentada por cadeirantes ao utilizar as carteiras disponibilizadas pela universidade, que possuem dimensões inadequadas para tal público.



Figura 21 – Dificuldades para se adequar à carteira

A NBR 9050 (2004) afirma que 1% do total de mesas deve ser acessível ao usuário de cadeira de rodas.

No mesmo Bloco existe um elevador para utilização de pessoas com restrição de mobilidade, porém este é estreito, como mostra a Figura 22, e nem sempre funciona. De acordo com a convidada, que estudou no referido Bloco, o elevador já lhe causou muito constrangimento, já que quando este não funcionava ela tinha que ser dispensada da aula e perdia o conteúdo ministrado.



Figura 22 – Elevador do bloco D67

3. CONCLUSÃO

A atividade in loco foi comparada com as referências dos pesquisadores, com a experiência da convidada e com as normas propostas pela NBR 9050/2004, e o resultado foi insatisfatório.

Uma Universidade do tamanho da UEM, que se destaca e é referência nacional, não pode apresentar tamanhas falhas e tamanho descaso com a acessibilidade, pois é um espaço para socialização. A falta de acessibilidade não é um problema exclusivo da UEM, porém esta seria uma instituição capaz de tomar a iniciativa para tanto e de se tornar exemplo para outras instâncias públicas e privadas, pois possui uma comunidade acadêmica de alto nível intelectual que é capaz de quebrar certos paradigmas sociais, o que ainda não acontece.

Além de favorecer a inclusão de pessoas com restrições de mobilidade no meio acadêmico, a reforma com relação à acessibilidade também traria para dentro da universidade a comunidade externa que pretende participar dos eventos, apresentações culturais, exposições ou qualquer outra atividade proporcionada pela UEM, como acontece no trabalho de De Conto (2014) em que a academia e a comunidade aproximam-se para discussão sobre anatomia humana.

O trajeto destacado na pesquisa tem relação direta com a convidada, mas ainda muitos outros pontos podem ser estudados com o intuito de direcionar ações para aprimoramento da acessibilidade dentro do campus acadêmico, o que acarretaria melhorias a curto prazo, como a aproximação da comunidade externa e de palestrantes ou professores de todo o mundo com restrições de mobilidade, e a longo prazo, como o avanço na conscientização de toda a sociedade, o que culminaria em uma disseminação das ações em outras áreas, públicas ou privadas, afetando positivamente as condições do cidadão brasileiro.

Nunes et al. (2007b) buscaram expor as condições inadequadas do campus da UEM e, assim, fomentar a discussão sobre a problemática das barreiras arquitetônicas e urbanas presentes na universidade, já identificando, há sete anos, a existência de tentativas de tornar o espaço do

campus mais acessível, o que, até 2014, continua sendo um desafio a ser superado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Caderno 1 atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrições de mobilidade**. 2004.

CONTO, F. de. Interação entre o departamento de morfologia da universidade de passo fundo e a comunidade regional: uma atividade de extensão universitária. **Revista Diálogos: Extensão e aprendizagem: tempos e espaços**, Brasília, v. 19, n. 1, p.17-23, dez. 2014.

NUNES, L. A., et al., **Acessibilidade e inclusão: Praça Napoleão Moreira da Silva**. I Seminário de Engenharia Urbana da Universidade Estadual de Maringá – SEUEM, Maringá. 2007a.

NUNES, L. A., et al., **Acessibilidade e inclusão Social no Campus da Universidade Estadual de Maringá/PR**. XXXV Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia – COBENGE, Curitiba. 2007b.